







Prefeitura Municipal de Populina

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ nº 51.842.177/0001-76

Rua 13 de Maio nº 1.211 - CEP 15670-000 - Tel. (17) 3639-9020



PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA  
Receta Corrente Líquida  
(Art. 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC 101/00)  
Período: Setembro / 2015 - Agosto/2016

CNPJ: 51842177000176 Exercício: 2016  
Página 1 de 1

R\$ 1,00

Discriminação	set / 2015 mar / 2016	out / 2015 abr / 2016	nov / 2015 mai / 2016	dez / 2015 jun / 2016	jan / 2016 jul / 2016	fev / 2016 ago / 2016	Total (Últimos 12 meses)	Previsão
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>1.255.719,02</b>	<b>2.022.841,69</b>	<b>1.277.373,15</b>	<b>2.260.548,15</b>	<b>1.957.100,33</b>	<b>1.672.860,56</b>	<b>20.811.299,27</b>	<b>19.451.200,00</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>5.672,92</b>	<b>5.634,22</b>	<b>196.865,23</b>	<b>727.607,77</b>	<b>121.781,29</b>	<b>89.357,37</b>	<b>1.683.564,57</b>	<b>1.048.500,00</b>
Autarquias	175.653,40	48.342,28	80.517,04	44.706,60	91.840,84	95.585,61	1.683.564,57	
Fundações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas Estatais Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>1.261.391,94</b>	<b>2.028.475,91</b>	<b>1.474.238,38</b>	<b>2.988.155,92</b>	<b>2.078.881,62</b>	<b>1.762.218,03</b>	<b>22.494.863,84</b>	<b>20.499.700,00</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>153.012,78</b>	<b>138.114,36</b>	<b>211.308,83</b>	<b>276.603,67</b>	<b>198.732,92</b>	<b>175.119,17</b>	<b>2.257.549,39</b>	<b>2.467.500,00</b>
Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	5.672,92	5.634,22	96.334,22	96.038,36	4.845,02	49.819,00	487.869,00	567.500,00
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	147.339,86	132.480,14	114.974,61	180.565,31	193.887,90	125.300,17	1.769.680,39	1.900.000,00
<b>RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.108.379,16</b>	<b>1.890.361,55</b>	<b>1.262.929,55</b>	<b>2.711.552,25</b>	<b>1.880.148,70</b>	<b>1.587.098,86</b>	<b>20.237.314,45</b>	<b>18.032.200,00</b>
	1.472.368,57	1.585.462,55	1.887.897,36	1.917.186,83	1.370.620,14	1.563.308,93		

Município de POPULINA

4º Bimestre de 2016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

29/09/2016

I - Receitas Previdenciárias	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até Bimestre	
Contribuições Patronais	851.500,00	851.500,00	2.299,96	271.987,34	579.512,66
Contribuições dos Serviços Ativos	554.000,00	554.000,00	110.800,39	272.351,00	281.649,00
Contribuições dos Serviços Inativos	13.000,00	13.000,00	3.095,78	11.838,28	1.161,72
Contribuições dos Pensionistas	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00
Receitas Patrimoniais	280.000,00	280.000,00	73.530,28	335.858,03	-55.858,03
Compensações Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	201.000,00	201.000,00	0,00	127.737,12	73.262,88
Total	1.900.000,00	1.900.000,00	189.726,41	1.019.771,77	880.228,23

II - Despesas Previdenciárias	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até Bimestre	No Bimestre	Até Bimestre	
Inativos	850.000,00	850.000,00	188.996,86	766.544,61	188.996,86	766.544,61	83.455,39
Pensionistas	210.000,00	210.000,00	33.039,98	138.632,93	33.039,98	138.632,93	71.367,07
Outros Benefícios	450.000,00	450.000,00	73.249,52	356.006,54	73.249,52	356.006,54	93.993,46
Outras Despesas	390.000,00	420.100,00	87.387,49	162.252,73	87.387,49	162.252,73	257.847,27
Total	1.900.000,00	1.930.100,00	382.673,85	1.423.436,81	382.673,85	1.423.436,81	506.663,19
III - Resultado			-192.947,44	-403.665,04	-192.947,44	-403.665,04	

IV - Disponibilidades Financeiras			
Receitas	0,00	Despesas	0,00
Orçamentárias	0,00	Orçamentárias Pagas	0,00
Extra-Orçamentárias	0,00	Extra-Orçamentárias	0,00
		Inscrições Restos a Pagar	0,00
Saldo do Exercício Anterior	3.719.788,41	Saldo Atual	3.423.078,93
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos	2.302.305,60	Bancos	2.199.698,90
Aplicações Financeiras	1.417.482,81	Aplicações Financeiras	1.223.380,03
Total Geral	3.719.788,41	Total Geral	3.423.078,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

Página 1 de 1

Período: Jul/Ago - Exercício: 2016

R\$ 1,00

Receitas	Previsão Anual		Bimestre		Previsto	Acumulado Realizado	a Realizar
	Inicial	Atualizado	Previsto	Realizado			
<b>Receitas Correntes (A)</b>	<b>18.690.000,00</b>	<b>18.690.000,00</b>	<b>3.115.000,00</b>	<b>2.980.616,34</b>	<b>12.460.000,00</b>	<b>13.360.805,51</b>	<b>5.329.194,49</b>
Tributárias	952.750,00	952.750,00	158.791,68	175.634,66	635.166,72	597.377,79	355.372,21
Impostos	855.000,00	855.000,00	142.500,02	153.268,74	570.000,08	537.307,83	317.692,17
IPTU	95.000,00	95.000,00	15.833,34	25.433,85	63.333,36	45.521,56	49.478,44
ISSQN	150.000,00	150.000,00	25.000,00	7.134,94	100.000,00	35.813,31	114.186,69
ITBI	270.000,00	270.000,00	45.000,00	63.888,00	180.000,00	246.537,00	23.463,00
IRRF	340.000,00	340.000,00	56.666,68	56.811,95	226.666,72	209.435,96	130.564,04
Taxas	97.750,00	97.750,00	16.291,66	22.365,92	65.166,64	60.069,96	37.680,04
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	1.419.000,00	1.419.000,00	236.500,02	116.196,13	946.000,08	556.176,62	862.823,38
Patrimoniais	378.450,00	378.450,00	63.075,00	96.468,37	252.300,00	419.106,55	(40.656,55)
Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	18.204.700,00	18.204.700,00	3.034.116,62	2.956.012,32	12.136.466,48	13.245.775,30	4.958.924,70
(-) Contas Redutoras	(2.661.200,00)	(2.661.200,00)	(443.533,34)	(367.639,23)	(1.774.133,36)	(1.653.783,52)	(1.007.416,48)
Outras Receitas Correntes	396.300,00	396.300,00	66.050,02	3.944,09	264.200,08	196.152,77	200.147,23
<b>Receita de Capital (B)</b>	<b>310.000,00</b>	<b>310.000,00</b>	<b>51.666,68</b>	<b>0,00</b>	<b>206.666,72</b>	<b>15.267,16</b>	<b>294.732,84</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	185.000,00	185.000,00	30.833,34	0,00	123.333,36	0,00	185.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	120.000,00	120.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00	10.492,16	109.507,84
Outras Receitas de Capital	5.000,00	5.000,00	833,34	0,00	3.333,36	4.775,00	225,00
<b>Receita Total (A+B)</b>	<b>19.000.000,00</b>	<b>19.000.000,00</b>	<b>3.166.666,68</b>	<b>2.980.616,34</b>	<b>12.666.666,72</b>	<b>13.376.072,67</b>	<b>5.623.927,33</b>
Despesa	Dotação Anual	Dotação Anual	Bimestre	Bimestre	Acumulado	Acumulado	
	Inicial	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Liquidado	a Liquidar	
<b>Despesas Correntes (C)</b>	<b>18.199.000,00</b>	<b>18.183.501,29</b>	<b>1.691.392,87</b>	<b>2.196.023,09</b>	<b>14.586.447,05</b>	<b>11.988.417,17</b>	<b>2.598.029,88</b>
Pessoal/Encargos Sociais	10.915.500,00	10.422.147,51	1.234.222,70	1.234.222,70	7.591.682,12	7.589.254,58	2.427,54
Juros/Encargos da Dívida Interna	1.500,00	1.500,00	487,36	487,36	1.214,09	1.214,09	0,00
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.282.000,00	7.759.853,78	456.682,81	961.313,03	6.993.550,84	4.397.948,50	2.595.602,34
<b>Despesas de Capital (D)</b>	<b>428.000,00</b>	<b>4.470.000,20</b>	<b>335.609,22</b>	<b>1.076.699,33</b>	<b>3.029.363,66</b>	<b>1.887.430,93</b>	<b>1.141.932,73</b>
Investimentos	131.000,00	4.111.100,20	228.050,69	968.007,46	2.675.895,45	1.533.962,72	1.141.932,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	297.000,00	358.900,00	107.558,53	108.691,87	353.468,21	353.468,21	0,00
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	297.000,00	358.900,00	107.558,53	108.691,87	353.468,21	353.468,21	0,00
Outras Despesa de Capital							
<b>Reserva de Contingência (E)</b>	<b>373.000,00</b>	<b>152.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesa Total (C+D)</b>	<b>18.627.000,00</b>	<b>22.653.501,49</b>	<b>2.027.002,09</b>	<b>3.272.722,42</b>	<b>17.615.810,71</b>	<b>13.875.848,10</b>	<b>3.739.962,61</b>
<b>SUPERAVIT/DEFICIT (A+B)-(C+D)</b>	<b>373.000,00</b>	<b>(3.653.501,49)</b>	<b>1.139.664,59</b>	<b>(292.106,08)</b>	<b>(4.949.143,99)</b>	<b>(499.775,43)</b>	<b>1.883.964,72</b>

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA

Página 1/1

R\$ 1,00

CNPJ: 51842177000176  
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão  
Período: Janeiro a Agosto Exercício: 2016

Poder / Órgão	Saldo de Exercícios Anteriores		Movimentação até o Bimestre						Inscrição ao Final do Exercício		Saldo até o Bimestre	
	Processados	Não Processados	Liquidação	Processados	Não Proces.	Processados	Não Proces.	Processados	Não Processados	Processados	Não Processados	
	1.656.412,27	580.168,21	13.692,92	985.471,35	38.692,92	332,78	0,00	0,00	0,00	670.608,14	541.475,29	
<b>Executivo</b>	<b>1.656.412,27</b>	<b>580.168,21</b>	<b>13.692,92</b>	<b>985.471,35</b>	<b>38.692,92</b>	<b>332,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>670.608,14</b>	<b>541.475,29</b>	
Prefeitura Municipal	1.303.407,87	382.792,53	4.641,62	814.503,51	29.641,62	332,78	0,00	0,00	0,00	488.571,58	353.150,91	
F.R:01	156.007,32	43.525,68	9.051,30	42.145,84	9.051,30	0,00	0,00	0,00	0,00	113.861,48	34.474,38	
F.R:02	196.997,08	153.850,00	0,00	128.822,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.175,08	153.850,00	
F.R:05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Autarquia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FR:04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	1.656.412,27	580.168,21	13.692,92	985.471,35	38.692,92	332,78	0,00	0,00	0,00	670.608,14	541.475,29	


USR: BW - CP: NATALIAPOLIZELI - Versão: 2101104

Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos  
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Fernandópolis


Ricardo Alexandre Barbieri Leão - Oficial

Rua Rio de Janeiro, 1755 - Centro - Fernandópolis - SP - CEP 15600-000 - Tel. (17) 3442-5038 - www.rifer.napolis





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
**CMDCA - OUROESTE/SP**  
Rua Fernão Dias Paes Leme - Quadra 33, Casa 08  
Tel/Fax: (17) 3843.1722



**REGIMENTO INTERNO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE OUROESTE-SP (CMDCA)**

**CAPÍTULO I**  
**Da Finalidade, Composição e Sede**  

Art. 1º O presente Regimento Interno visa regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com vista à manutenção da disciplina interna e desenvolvimento de suas atividades, conforme Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal n.º 62, de 02/10/1997, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de OurOeste (CMDCA) e da Lei n.º 64 de 02/10/1997 que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O CMDCA constitui-se em um importante fórum democrático de discussão, deliberação e formulação da política social de proteção integral da criança e do adolescente, a partir da co-responsabilidade dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil, em face da efetivação dos direitos sociais do cidadão, bem como o atendimento dos mesmos no Município de OurOeste-SP, através de políticas básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outros, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.

**Da Natureza e da Composição**  

Art. 2º O CMDCA é um órgão colegiado e legítimo, paritário, autônomo, representativo, apartidário e geral.

Art. 3º Os representantes do Município, bem como os seus respectivos suplentes, serão indicados, com mandato de 2 (dois) anos, por ato oficial do Chefe do Poder Executivo local.

Art. 4º Os representantes e os suplentes da Sociedade Civil serão eleitos por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos.

**Da Sede**  

Art. 5º A sede do CMDCA será em local indicado e disposto pela Prefeitura Municipal, sendo também de responsabilidade da mesma, a disponibilidade de servidores necessários ao atendimento das tarefas administrativas, bem como todos os materiais e equipamentos indispensáveis para o bom desenvolvimento de seus trabalhos.

**CAPÍTULO II**  
**Da Estrutura Administrativa**  

Art. 6º O CMDCA será administrado por uma Diretoria, composta dos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- III – 1 secretário executivo;

§ 1º - Os Mandatos da Direção serão de 01 (um) ano, com direito a uma recondução.

§ 2º - Os membros da Direção serão eleitos na primeira reunião, ficando ao CMDCA a prerrogativa de alteração da composição da mesma.

Art. 7º Compete ao Presidente:

- I - Cumprir e fazer cumprir as Leis Federais, Estaduais e Municipais, referentes às crianças e aos adolescentes, bem como este Regimento Interno;
- II - Representar o Conselho ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- III - Convocar e presidir as reuniões do CMDCA;
- IV - Acompanhar o gerenciamento das dotações do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitando esclarecimentos que julgar necessários, conforme decisão do CMDCA;
- V - Aprovar a pauta e a ordem do dia;
- VI - Assinar todos os documentos atinentes ao CMDCA;
- VII - Em questões urgentes, decidir ad referendum;
- VIII - Comunicar sua ausência para ser substituído pelo Vice-Presidente;
- IX - Emitir voto de desempate.

Art. 8º Compete ao Vice-Presidente assessorar e substituir o Presidente na sua falta ou impedimento e representá-lo sempre que for designado.

Art. 9º Compete ao 1º Secretário:

- I - Secretariar as reuniões do CMDCA, da Direção;
- II - Redigir as comunicações e correspondências do CMDCA e da Direção;

IV - Substituir o Presidente e o Vice em suas ausências, desde que estas sejam concomitantes.

Art. 10. O CMDCA contará com uma Secretária Executiva designado pelo Poder Executivo para o suporte operacional necessário para seu bom funcionamento, utilizando-se de suas instalações para exercer os serviços determinados.

**Das reuniões do Conselho e da Direção**  

Art. 11. O CMDCA deverá reunir-se ordinariamente em sessão plenária, uma vez por mês, em caráter extraordinário por convocação do Presidente.

Art. 12. As reuniões do CMDCA realizar-se-ão com a presença da maioria de seus membros titulares.

§ 1º - Não havendo quórum para a realização da reunião, poderá ser convocada nova reunião dentro do prazo que for determinado pelos Conselheiros presentes.

Art. 13. É obrigatória a participação dos Conselheiros Titulares em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo toleradas até 03 (três) faltas não justificadas e 06 (seis) justificadas anuais, sob a pena de exclusão e substituição automática pelo suplente.

§ 1º - Serão consideradas justificativas de ausência as seguintes situações:

- I - Enfermidades pessoais e familiares;
- II - Viagens pré-programadas;
- III - Férias regulamentares;
- IV - Licenças: Nojo e Gala.

§ 2º - As justificativas de ausências deverão ocorrer por escrito, podendo ser por e-mail ou fax, mediante confirmação de recebimento.

§ 3º - As justificativas de ausência não elencadas no § 1º serão analisadas pela Mesa Diretora.

Art. 14. Fica assegurado a cada um dos Conselheiros Titulares nas reuniões do CMDCA, o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão.

Art. 15. As reuniões do CMDCA serão públicas, mas somente terão direito a voz aqueles que obtiverem anuência do plenário, contudo, com prazo limitado estabelecido pela Presidência.

Parágrafo único - Uma sessão ou apenas parte dela poderá ser totalmente privativa, por decisão do plenário.

Art. 16. Os assuntos tratados, bem como suas deliberações, serão registrados em ata, a qual será lida e submetida à aprovação por todos os Conselheiros presentes, na reunião subsequente.

**Dos Conselheiros**  
**Do Mandato**  

Art. 17. O mandato de Conselheiro de Direitos será de 02 (dois) anos, admitida apenas uma recondução.

Parágrafo único. Os Conselheiros eleitos representantes da Sociedade Civil que deixarem os quadros efetivos de sua Instituição ficam automaticamente desligados do CMDCA, sendo substituídos por um suplente.

**Dos Suplentes**  

Art. 18. Aos Conselheiros Suplentes representantes do Poder Público compete substituir os titulares, quando convocados pelo Presidente, ou na sua vacância.

Art. 19. A substituição dos Conselheiros Titulares representantes da Sociedade Civil deverá obedecer a indicação feita por seus pares.

Art. 20. A substituição do Conselheiro Titular deverá ser comunicada ao CMDCA em até 10 (dez) dias antes da data do seu desligamento.

**Dos Pedidos de Licença**  

Art. 21. O Conselheiro poderá licenciar-se de suas funções por período não superior a 03 (três) meses.

Art. 22. O pedido de licença, devidamente fundamentado, será comunicado ao CMDCA.

**CAPÍTULO III**  
**Das Entidades de Atendimento à Criança e ao Adolescente**

**Do Registro e da Renovação**  

Art. 23. Todas as entidades não governamentais de atendimento às crianças e adolescentes que operam e estejam estabelecidas juridicamente no Município de OurOeste-SP, deverão ser registradas junto ao CMDCA, na forma do art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Art. 24. Os documentos exigidos para o registro são os seguintes:

- I - Ata da Fundação registrada em Cartório;
- II - Estatuto Social registrado em Cartório onde deverão constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento a criança e ao adolescente;
- III - Ata da eleição e posse da atual diretoria registrada em Cartório;
- IV - Formulário de cadastro para o registro, conforme modelo aprovado pelo CMDCA;

V - Cópia impressa do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - Plano Anual de Atividades para o ano vigente;

VII - Atestado da Vigilância Sanitária (somente para as entidades que se enquadrem neste item);

VIII - Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

XI – Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Os documentos acima especificados são obrigatórios e deverão ser entregues em cópia acompanhados de seus originais para conferência ou autenticados por cartório, exceto os emitidos pela internet, na sede do CMDCA.

Art. 25. Para a renovação do registro serão exigidos os seguintes documentos:

- I - Estatuto Social atualizado e registrado em Cartório, onde deverão constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento a criança e ao adolescente;
- II - Ata da eleição e posse da atual diretoria registrada em Cartório;
- III - Formulário de cadastro para o registro, conforme modelo aprovado pelo CMDCA;
- IV - Cópia impressa do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- VII - Atestado da Vigilância Sanitária (somente para as entidades que se enquadrem neste item);
- VIII - Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- XI - Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal;

Art. 26. O registro de cada entidade não governamental deverá ser renovado obrigatoriamente a cada 05 (cinco) anos.

Art. 27. O registro ou renovação somente serão efetuados após análise e parecer favorável do CMDCA.

Art. 28. Anualmente as entidades não governamentais registradas no CMDCA, deverão apresentar obrigatoriamente, os seguintes documentos, sob pena de não serem contemplados com as verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:

- I - Plano Anual de Atividades para o ano vigente;
- II - Ata da eleição e posse da diretoria registrada em Cartório, se houver alteração.

§ 1º Os documentos acima especificados são obrigatórios e deverão ser entregues em cópia acompanhados de seus originais para conferência ou autenticados por cartório, exceto os emitidos pela internet, na sede do CMDCA.

§ 2º Informar os dados completos do profissional responsável pelo Plano Anual de Atividades, conforme modelo aprovado pelo CMDCA.

§ 3º Se houver quaisquer alterações no Plano Anual de Atividades, não importando o momento, deverá a entidade comunicar de forma oficial ao CMDCA. Tal comunicação deverá estar assinada pelo profissional responsável do programa.

Art. 29. A documentação descrita no art. 28 deverá ser protocolada junto ao CMDCA até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, impreterivelmente, sob pena de terem seus recursos bloqueados pelo FMDCA.

Parágrafo único. Caso a documentação não seja entregue no prazo estabelecido no caput, os recursos do FMDCA não serão repassados as entidades não governamentais.

Art. 30. As entidades não governamentais que não se registrarem junto ao CMDCA ou não solicitarem sua renovação depois de decorrido o prazo estabelecido no art. 28, retro, não poderão receber recursos do FMDCA.

Parágrafo único. As entidades para fazerem jus aos recursos repassados pelo CMDCA deverão ter, no mínimo, 12 (doze) meses de efetivo funcionamento e estarem devidamente registradas.

Art. 31. As entidades governamentais não necessitam registrar-se perante o CMDCA, contudo, é obrigatória a inscrição de seus programas de atendimento.

Art. 32. As entidades não governamentais que deixarem de renovar seus registros em tempo hábil, perderão os mesmos e deverão solicitar um novo registro.

**Das Inscrições dos Programas das Entidades Governamentais**  

Art. 33. As entidades governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas no CMDCA, especificando os regimes de atendimento, na forma definida no § 1º, do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual manterá o registro das inscrições e suas alterações.

Parágrafo único. Entende-se por entidade governamental aquela estabelecida para fins específicos.

Art. 34. As entidades governamentais deverão inscrever anualmente seus programas de atendimento até o último dia útil do mês janeiro de cada ano, sendo este devidamente assinado pelo servidor responsável.

§ 1º Informar os dados completos do servidor responsável pelos programas e atividades a serem desenvolvidas com as crianças e/ou adolescentes, conforme modelo aprovado pelo CMDCA.

§ 2º Se houver quaisquer alterações no programa, não importando o momento, deverá a entidade comunicar de forma oficial ao CMDCA. Tal comunicação deverá estar assinada pelo servidor responsável do programa.

§ 3º O programa deverá especificar de forma detalhada todas as ações que serão desenvolvidas em cada regime.

**Do Descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente**  

Art. 35. As entidades que descumprirem as obrigações constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu todo ou em parte, ser-lhes-ão aplicadas formalmente às seguintes medidas:

- I - Advertência;
- II - Suspensão total do repasse de verbas públicas;
- III - Suspensão do programa;
- IV - Cassação do registro.

Parágrafo único. As medidas retro descritas serão aplicadas após decisão da maioria dos Conselheiros Titulares em reunião.

Art. 36. As entidades que não cumprirem o prazo estabelecido no art. 26 quanto à renovação, terão seu registro cancelado.

**Da Fiscalização das Entidades - Competência**  

Art. 37. De acordo com o art. 95 do ECA, cabe ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares a fiscalização das entidades.

Art. 38. O CMDCA fiscalizará as entidades, por meio de visitas in loco as mesmas, visando o cumprimento das políticas por elas traçadas, conforme legislação em vigor.

Art. 39. O CMDCA deverá acatar todas as denúncias devidamente formalizadas sobre qualquer irregularidade, de toda natureza, cometidas contra crianças e/ou adolescentes, sendo sua obrigação acionar todos os meios legais para resguardar seus direitos.

Parágrafo único. Fica impedido de realizar a fiscalização da entidade o Conselheiro que faça parte de sua diretoria, seja voluntário ou funcionário da mesma.

**CAPÍTULO IV**  
**Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
**Dos Recursos Financeiros**  

Art. 40. O CMDCA é órgão deliberativo dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA quanto à captação e aplicação dos mesmos para as entidades devidamente registradas no Conselho.

§ 1º Para a distribuição dos recursos levar-se-á em consideração os seguintes critérios, avaliados pelo CMDCA:

- I - Projetos que minimizem ou reduzam a situações de vulnerabilidade de criança e/ou do adolescente no território;
- II - Qualidade do trabalho realizado;
- III - Espaço físico disponível para o atendimento afeto a entidade;

§ 2º O CMDCA poderá solicitar parecer técnico, de assessoria composta por profissionais das áreas afins, caso julgue necessário.

Art. 41. Os recursos financeiros serão deliberados pelo CMDCA após avaliação do plano de trabalho das entidades em conformidade com o modelo proposto pelo órgão responsável pela política de atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 42. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será administrado por um servidor municipal, lotado em órgão do Município, designado pelo prefeito por ato administrativo, pelo período de 02 (dois) anos, sendo substituído na eleição do novo Conselho.

Parágrafo Único. Para adequação às normativas legais, o primeiro gestor do FMDCA foi nomeado no mês de setembro do ano de 2016, portanto terá seu mandato reduzido e encerrado no mês de abril de 2018, concomitante ao final do mandato da atual composição do CMDCA.

Art. 43. As principais atribuições do Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são:

- I - administrar o Fundo Municipal, organizando de forma racional todo o trabalho inerente à função;
- II - controlar todo o movimento do Fundo;
- III - reportar-se diretamente ao Presidente do CMDCA;
- IV - atuar conforme os objetivos delineados e Resoluções expedidas pelo CMDCA;
- V - movimentar contas bancárias mediante prévia autorização do Conselho, de acordo com o disposto no art. 7º, inciso IV, deste Regimento Interno;
- VI - elaborar e submeter ao Conselho, balancetes mensais e respectivos demonstrativos financeiros, para análise e aprovação do mesmo.

Art. 44. O FMDCA manterá conta bancária em estabelecimento oficial de crédito e anualmente prestará contas aos órgãos competentes.

**CAPÍTULO V**  
**Das Disposições Finais**  

Art. 45. O CMDCA se obriga a manter o arquivo de dados das entidades em perfeita ordem e se compromete a prestar toda e qualquer informação ao Poder Público e Judiciário, ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares.

Art. 46. Os Conselheiros Titulares poderão apresentar por escrito propostas de alteração do presente Regimento, em reunião extraordinária convocada especialmente para este fim.


Art. 47. Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos nas reuniões do CMDCA.


Art. 48. Todos os atos do CMDCA deverão ser publicados na imprensa oficial do Município, no mural da sede do CMDA e no Site da Prefeitura Municipal.


Art. 49. Esse Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.


Ouroeste, 16 de Setembro de 2016.


**Conselheiros presentes na reunião de aprovação deste Regimento Interno:**


  
Alana Boschetti Bernardo  
Presidente CMDCA

  
Elisabeth Aparecida Nubiato da Silva  
Vice-presidente CMDCA

  
Flávio Junior Correia  
Secretário Executivo dos Conselhos Municipais de Direitos

  
Everton dos Santos Saldanha  
Conselheiro

  
Julie Cristine Flávio Koga  
Conselheira

  
Mariana Guimarães Papa  
Conselheira

Uma publicação: sexta-feira, dia 30 de Setembro de 2016.  
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.895.

<div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS</b> <b>CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS</b></div></div> <p>De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, JUSTIFI-CA-SE as alterações na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:</p>			
Razão Social	Empenho	Nota Fiscal	Valor Bruto
CM Hospitalar Ltda.	7044/4; 7044/3	1288533; 1287983	R\$ 351,12; R\$ 3.740,50
Nutricionale Comércio de Alimentos Ltda.	7388/1; 7389/1	270779; 270778	R\$ 3.707,00; R\$ 14.010,00
Amigão Pneus Ltda. ME	7397	4582	R\$ 140,00
Art Vita Distribuidora de Medicamentos e Alimentos	7518/3	1851	R\$ 26,40
Cop Fac Máquinas Ltda.	380/8	12050	R\$ 2.625,20
Dimaci/SP Material Cirúrgico Ltda.	496/6	76345	R\$ 356,00
Coplan Construtora Planalto Ltda.	5932/20	30614	R\$ 3.744,00
Fragnari Distribuidora de Medicamentos Ltda.	7052/1	34460	R\$ 2.707,00
Kagesawa & Kagesawa Ltda. ME	3280; 7620	157; 158	R\$ 150,00; R\$ 320,00

Justificativa: Despesa com: Aquisição de medicamentos para atender os pacientes com ação judicial pela Secretaria de Saúde; Aquisição de cestas básicas que serão distribuídas para famílias carentes pelo Fundo Social de Solidariedade; Serviço de mão de obra para reparos em veículos da Secretaria da Fazenda; Aquisição de medicamentos necessários para atender os pacientes cadastrados nas Unidades de Saúde e Farmácia Municipal; Serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos e sistema de gerenciamento de impressões para Secretaria de Obras; Aquisição de massa asfáltica para uso no serviço de tapa buraco em ruas e avenidas da cidade; Serviço de mão de obra para verificação da instalação de ramais telefônicos do PABX do Paço Municipal. Tendo em vista a dificuldade encontrada no início desta gestão, como dívida alta de curto prazo, bem como a necessidade de manter os serviços essenciais a municipalidade, é que faz a presente alteração da ordem cronológica.

Fernandópolis, 29 de Setembro de 2016.  
**MARIA REGINA APARECIDA MENIS**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
Uma publicação: sexta-feira, dia 30 de Setembro de 2016.  
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.895.

NAZÁRIO & TIAGO LTDA. ME, torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para Fabricação de produtos de limpeza e polimento, sito à Avenida Luiz Brambatti, nº 697, Jardim Rendentor Fernandópolis/SP.

**ALUGA-SE**  
**APARTAMENTO** no Guarujá, na praia da Enseada a 120 metros da praia, com 3 quartos, sala, cozinha, garagem para dois carros. Interessados entrar em contato pelos telefones (17) 99758-2188 / 99794-0509.





Relatório de Gestão Fiscal

Exercício: 2016

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA

Período: 2º Quadrimestre

Poder: Executivo

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF

	R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA- RCL	20.237.314,45	100,00
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	8.552.997,11	42,26
Limite Máximo (art. 20 LRF)	10.928.149,80	54,00
Limite Prudencial 95% (Par. único art. 22 LRF)	10.381.742,31	51,30
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.835.334,82	48,60
Excesso a Regularizar	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Saldo Devedor	2.631.332,20	13,00
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	24.284.777,34	120,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00

CONCESSÕES DE GARANTIAS

Montante	0,00	0,00
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	4.452.209,18	22,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)

Realizadas no Período	0,00	0,00
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	3.237.970,31	16,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00

ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Saldo Devedor	0,00	0,00
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	1.416.612,01	7,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00

USR: BW - CP: NATALIAPOLIZELI - Versão: 2101104

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA

Exercício: 2016

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ADMINISTRAÇÃO: CONSOLIDADA

Período de Referência Julho/Agosto

Valores Expressos em R\$

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2015	Em 30 jun 2016	Em 31 Ago 2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.686.241,54	3.457.042,61	3.409.530,01
DEDUÇÕES (II)*	6.663.086,47	7.072.227,46	7.206.090,11
Ativo Disponível	3.450.627,36	4.602.471,69	4.260.819,25
Haveres Financeiros	4.116.144,19	4.043.845,59	3.923.041,41
(-) Restos a Pagar Processados	903.685,08	1.574.089,82	977.770,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III=I-II)	(2.976.844,93)	(3.615.184,85)	(3.796.560,10)
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	3.686.241,54	3.915.440,47	3.409.530,01
DÍVIDA FISCAL LIQUIDADA (III+IV-V)	(6.663.086,47)	(7.530.625,32)	(7.206.090,11)
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre	Jan até Bimestre	
RESULTADO NOMINAL	324.535,21		-543.003,64

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	VALOR A SER OBTIDO NAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO (ANEXO DE METAS DA LDO)

(\*) Se o saldo for negativo (Restos a Pagar maior que Ativo Disponível + Haveres Financeiros) deverá ser lançado valor zero, pois não deve haver valores negativo. Justificativas (art 9º , cc inciso I, §2º, art. 53, da LFR)

Data/Hora: 29/09/2016 15:41:33 - USR: BW - CP: NATALIAPOLIZELI - Versão: 2101104

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA

Exercício: 2016

Demonstrativo do Resultado Primário

Período de Referência: Janeiro a Agosto - Bimestre: Julho/Agosto

RREO - Anexo VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO REALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até Bimestre
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.083.250,00	2.955.405,62	13.005.760,81
Receitas Tributárias	952.750,00	175.634,66	597.377,79
IPTU	95.000,00	25.433,85	45.521,56
ISS	150.000,00	7.134,94	35.813,31
ITBI	270.000,00	63.888,00	246.537,00
IRRF	340.000,00	56.811,95	209.435,96
Outras Receitas Tributárias	97.750,00	22.365,92	60.069,96
Receitas de Contribuição	567.500,00	113.896,17	284.189,28
Receitas Previdenciárias	567.500,00	113.896,17	284.189,28
Outras Receitas Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	300.800,00	73.557,61	336.049,19
Receita Patrimonial	378.450,00	96.468,37	419.106,55
(-) Aplicações Financeiras	77.650,00	22.910,76	83.057,36
Trasferencias Correntes	20.865.900,00	2.588.373,09	11.591.991,78
FPM	9.000.000,00	757.089,92	3.625.751,26
ICMS	6.240.000,00	685.730,68	2.623.931,30
Convênios	0,00	137.685,79	1.632.424,24
Outras Trasferencias Correntes	5.625.900,00	1.007.866,70	3.709.884,98
Demais Receitas Correntes	396.300,00	3.944,09	196.152,77
Dívida Ativa	251.000,00	1.733,88	147.262,98
Diversas Receitas Correntes	145.300,00	2.210,21	48.889,79
RECEITAS DE CAPITAL (II)	310.000,00	0,00	15.267,16
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	185.000,00	0,00	0,00
Transferencias de Capital	120.000,00	0,00	10.492,16
Convênios	120.000,00	0,00	10.492,16
Outras Tasferencias Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	5.000,00	0,00	4.775,00
Receitas Primárias de Capital (VI=II-III-IV-V)	125.000,00	0,00	15.267,16
Receita PrimáriaTotal (VII=I+VI)	23.393.250,00	2.955.405,62	13.021.027,97

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
		No Bimestre	Até Bimestre
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.599.687,64	2.196.023,09	11.988.417,17
Pessoal e Encargos Sociais	10.621.296,44	1.234.222,70	7.589.254,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.500,00	487,36	1.214,09
Outras Despesas Correntes	9.976.891,20	961.313,03	4.397.948,50
Despesas Primárias Correntes (X=VIII-IX)	20.598.187,64	2.195.535,73	11.987.203,08
DESPESA DE CAPITAL (XI)	8.648.220,71	1.076.699,33	1.887.430,93
Investimentos	8.217.420,71	968.007,46	1.533.962,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Tíruo de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	430.800,00	108.691,87	353.468,21
Despesas Primárias de Capital (XV=XI-XII-XIII-XIV)	8.217.420,71	968.007,46	1.533.962,72
Reserva de Contingencia (XVI)	152.900,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII=X+XV+XVI+XVII)	28.968.508,35	3.163.543,19	13.521.165,80
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX=VII-XVIII)	(5.575.258,35)	(208.137,57)	(500.137,83)

Data/Hora: 29/09/2016 15:40:51 - USR: BW - CP: NATALIAPOLIZELI - Versão: 2101104

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA

Exercício: 2016

Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Previdenárias - EXECUTIVO

(Art. 22: Art. 59, §1º, incisos II e IV e § 2º da Lei Complementar 101/00; § 1º e 2º do Art. 2º da Lei Federal nº 9717/98)

CNPJ: 51842177000176

Página 1 de 2

	set / 2015 mar / 2016	out / 2015 abr / 2016	nov / 2015 mai / 2016	dez / 2015 jun / 2016	jan / 2016 jul / 2016	fev / 2016 ago / 2016	Total
Discriminacao							
DESPESAS COM PESSOAL							
Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Ativo	626.178,46 698.713,33	8.015,03 719.208,79	633.865,70 791.350,44	1.214.138,75 726.735,00	643.471,86 6.937,07	653.142,79 7.117.234,88	7.438.992,10
Contratação Temporária	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Teceirização de Mão-de-Obra (art 18, párr. 1º da LRF)	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Remuneração de Agentes Políticos	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Encargos Sociais	126.692,22 142.904,17	3.662,68 144.383,44	126.677,02 149.326,61	(279.322,83) 141.851,08	116.475,88 5.691,89	146.292,58 106.530,18	931.164,92
Inativos e Pensionistas	138.571,34 158.971,11	129.054,91 162.233,63	134.590,51 157.417,93	139.470,54 178.590,53	180.899,38 155.248,35	154.890,84 146.326,21	1.836.265,28
Outros Benefícios Previdenciários	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Outras Despesas e Obrigações (Variáveis, Pasep, etc)	9.427,17 8.557,14	11.831,31 10.197,36	10.775,87 11.061,60	14.380,26 11.134,07	13.970,02 10.993,02	11.032,38 9.278,35	132.638,55
Despesas de Exerc. Anteriores	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
SUBTOTAL (I)	900.869,19 1.009.145,75	152.563,93 1.036.023,22	905.909,10 1.109.156,58	1.088.666,72 1.058.310,68	954.817,14 178.870,33	965.358,59 979.369,62	10.339.060,85
Indenização por demissões	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Incentivo à demissão voluntária	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial e Exercícios Anteriores	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
Despesas com inativos Pensionistas custeadas com Recursos vinculados	134.369,43 154.295,64	129.054,91 157.558,16	130.388,60 152.742,46	131.068,72 173.915,06	176.697,47 155.248,35	150.688,93 140.038,01	1.786.063,74

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA

Exercício: 2016

Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Previdenárias - EXECUTIVO

(Art. 22: Art. 59, §1º, incisos II e IV e § 2º da Lei Complementar 101/00; § 1º e 2º do Art. 2º da Lei Federal nº 9717/98)

CNPJ: 51842177000176

Página 2 de 2

	set / 2015 mar / 2016	out / 2015 abr / 2016	nov / 2015 mai / 2016	dez / 2015 jun / 2016	jan / 2016 jul / 2016	fev / 2016 ago / 2016	Total
Discriminacao							
Receitas Vinculadas ao RPPS	134.288,88 225.224,80	64.882,39 192.482,99	264.615,29 225.650,72	296.849,19 188.808,60	238.831,44 85.602,17	175.883,77 191.542,02	2.284.662,26
Despesas com Inativos e Pens. Vinc ao RPPS	134.369,43 154.295,64	129.054,91 157.558,16	130.388,60 152.742,46	131.066,72 173.915,06	176.697,47 155.248,35	150.688,93 140.038,01	1.786.063,74
SUBTOTAL (II)	134.369,43 154.295,64	129.054,91 157.558,16	130.388,60 152.742,46	131.066,72 173.915,06	176.697,47 155.248,35	150.688,93 140.038,01	1.786.063,74
TOTAL LIQUIDO (I-II)	766.499,76 854.850,11	23.509,02 878.465,06	775.520,50 956.414,12	957.600,00 884.395,62	778.119,67 23.621,98	814.669,66 839.331,61	8.552.997,11
						Receita Corrente Líquida Despesa com Pessoal Percentual Gasto	20.237.314,45 8.552.997,11 42,26%

PREFEITURA MUNICIPAL DE POPUL

Exercício: 2016

Entidade: Consolidado

Período: 4º Bimestre

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS NO PERÍODO	DESPESAS EMPENHADAS ATE O PERÍODO	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS NO PERÍODO	DESPESAS LIQUIDADAS ATE O PERÍODO	SALDO A LIQUIDAR
01 - Legislativa	868.000,00	0,00	868.000,00	101.363,60	518.636,25	349.363,75	120.614,18	480.135,09	38.501,16
031 - Acao Legislativa	868.000,00	0,00	868.000,00	101.363,60	518.636,25	349.363,75	120.614,18	480.135,09	38.501,16
04 - Administração	1.891.000,00	73.192,58	1.964.192,58	142.074,99	1.596.458,51	367.734,07	235.001,37	1.361.580,97	234.877,54
122 - Administração Geral	1.540.500,00	54.692,58	1.595.192,58	122.535,82	1.335.706,13	259.486,45	199.882,20	1.140.838,59	194.867,54
123 - Administração Financeira	350.500,00	18.500,00	369.000,00	19.539,17	260.752,38	108.247,62	35.119,17	220.742,38	40.010,00
08 - Assistência Social	707.000,00	37.451,21	744.451,21	96.869,67	620.977,98	123.473,23	107.102,97	501.006,54	119.971,44
241 - Assistência ao Idoso	62.000,00	6.700,00	68.700,00	2.027,62	64.527,96	4.172,04	3.909,71	20.500,96	44.027,00
243 - Assistência à Criança e Adolescente	114.500,00	-5.650,00	108.850,00	26.390,03	94.752,24	14.097,76	21.362,04	86.902,58	7.849,66
244 - Assistência Comunitária	500.500,00	27.513,79	528.013,79	61.764,60	424.810,36	103.203,43	70.222,42	371.996,20	52.814,16
306 - Alimentação e Nutrição	30.000,00	8.887,42	38.887,42	6.687,42	36.887,42	2.000,00	11.608,80	21.606,80	15.280,62
09 - Previdência Social	2.389.000,00	21.100,00	2.410.100,00	435.826,53	1.821.589,42	588.510,58	435.826,53	1.821.589,42	0,00
271 - Previdência Básica	590.000,00	-5.000,00	585.000,00	46.864,48	364.758,71	220.241,29	46.864,48	364.758,71	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	1.799.000,00	26.100,00	1.825.100,00	388.962,05	1.456.830,71	368.269,29	388.962,05	1.456.830,71	0,00
10 - Saúde	4.290.500,00	33.727,50	4.324.227,50	288.419,16	3.746.599,47	577.628,03	478.368,73	2.866.693,05	879.906,42
301 - Atenção Básica	3.662.000,00	-58.351,30	3.603.648,70	275.951,99	3.051.297,95	552.350,75	380.123,60	2.432.182,80	619.115,15
302 - Assistência Hospitalar Ambulatorial	519.000,00	67.900,00	586.900,00	0,00	586.700,00	200,00	84.000,00	335.700,00	251.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	40.000,00	-16.848,93	23.151,07	0,00	13.380,88	9.770,19	0,00	13.380,88	0,00
304 - Vigilância Sanitária	39.000,00	-11.000,00	28.000,00	935,69	16.898,40	11.101,60	2.713,65	9.957,13	6.941,27
305 - Vigilância Epidemiológica	30.500,00	52.027,73	82.527,73	11.531,48	78.322,24	4.205,49	11.531,48	75.472,24	2.850,00
12 - Educação	4.978.500,00	705.015,97	5.683.515,97	655.647,63	4.747.584,98	935.930,99	823.025,89	3.616.275,75	1.131.309,23